



**SINOSSERRA FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Em 31 de dezembro de 2020

**Relatório de Auditoria Independente
Balanço Patrimonial
Demonstração de Resultado
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Demonstração do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Resultados Abrangentes
Notas Explicativas**

As demonstrações do período foram divulgadas em 31/03/2021 no endereço eletrônico <http://sinosserrafinanceira.com.br/demonstracoes-conglomeradas/>

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

Guilherme Zugno Reis
Diretor Responsável pela Contabilidade

Katia Cristina Reichert de Andrade
Contadora CRC-RS: 085035/O

Demonstrações Financeiras Conglomerado

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Novo Hamburgo – RS

31 de dezembro de 2020

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, é com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Sinosserra Conglomerado Financeiro, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Novo Hamburgo – RS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020)

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Com vistas à execução dos trabalhos referentes à auditoria independente voltada ao exame das demonstrações contábeis dessa Instituição Financeira, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Os trabalhos foram realizados segundo os padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

O presente relatório divide-se em:

- I - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
- II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS**
- III - OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES E APERFEIÇOAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS**

I- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da
SINOSSERRA FINANCEIRA S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Novo Hamburgo – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Sinosserra – Conglomerado Prudencial** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial da Sinosserra Financeira S/A - CFI, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.866/20, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação às instituições, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulga:

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Grupo para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Em atenção à Nota Explicativa 28 às Demonstrações Contábeis, ratifica-se que o COVID-19 apresenta potencial impacto futuro, como evento subsequente, ora não requerendo ajuste, em atendimento à NBC TA 560 (R1), Pronunciamento 24 do CPC-Comitê de Pronunciamentos Contábeis (com correlação

ao IAS 10 -International Accounting Standards). Nossa opinião não contém ressalva, pois não foi requerido ajuste nas Demonstrações Contábeis ora auditadas.

Outros Assuntos

A Sinosserra Financeira S/A – CFI, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Conforme Nota Explicativa nº 2, a empresa Sinosserra Administradora de Consórcios S.A., foi auditada por outros auditores independentes, sobre o qual foi emitido relatório de auditoria, em 18 de março de 2021, sem modificações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração das Instituições é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade das instituições continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar as instituições ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança das instituições são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Grupo, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das instituições.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional das instituições. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar as instituições a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha

proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de março de 2021.

Vicente Michelin
CRC-RS 052.365

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRCRS 4.626

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 Novo Hamburgo – RS
BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL
ATIVO

	NE	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		86.208	55.536
Caixa e Bancos	4	661	1.395
Títulos e Valores Mobiliários	5	23.381	12.242
Serviços Prestados a Receber	7	218	75
Operações de Crédito	6	56.473	38.159
Adiantamento e Antecipações Salariais		96	64
Impostos a Recuperar	8	232	551
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	9	494	585
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	10	647	717
Devedores Diversos – País		50	54
Despesas Antecipadas		69	102
Diversos		3.887	1.592
NÃO CIRCULANTE		109.525	84.413
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	9	2.354	2.941
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	10	6.376	6.325
Operações de Crédito	6	68.387	45.404
Impostos Diferidos a Compensar		215	216
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	11	8.840	8.898
Aplicações em Quotas de Consórcios	12	200	200
Empréstimos a Grupos	13	17.593	15.137
Devedores por Depósito em Garantia		493	467
Investimentos em Imóveis		4.603	4.557
Imobilizado em Uso	14	441	214
Intangível	14	23	54
Total do Ativo		195.733	139.949

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Novo Hamburgo –RS

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL**PASSIVO**

	NE	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		127.238	70.292
Depósitos		42.948	24.956
Recursos de aceites cambiais		44.964	6.550
Dividendos a Pagar		1.272	1.159
Fiscais e Previdenciárias	15	3.399	3.371
Provisão para Pagamentos a Efetuar		126	155
Provisão para Férias c/Encargos		199	109
Credores Diversos – País		4.441	2.553
Recursos a Devolver a Consorciados	16	29.243	30.890
Provisão p/Contingências Trabalhistas	17	646	549
NÃO CIRCULANTE		38.683	46.305
Provisão s/Lucro Diferido			
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	18	9.055	8.897
Recursos de aceites de cambias		23.205	20.539
Receitas de exercícios futuros		195	151
Depósitos a prazo		6.228	15.820
Fiscais e Previdenciárias	15	-	898
PATRIMONIO LIQUIDO		29.812	23.352
Capital Social		15.500	13.000
Reserva de Capital		510	510
Reservas de Lucros	19	13.930	9.842
Ações em tesouraria		(128)	-
Total do Passivo		195.733	139.949

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS - R\$ MIL

	NE	2º Sem/20	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		8.344	15.576	11.131
RENDAS OPERAÇÕES DE CREDITO		8.202	15.052	10.460
RESULTADO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	21	142	524	671
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.752)	(6.064)	(4.681)
OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO		(1.951)	(4.193)	(3.447)
PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		(801)	(1.871)	(1.234)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.592	9.512	6.450
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(59)	(1.549)	(3.640)
RECEITA COM ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO	20	10.204	19.124	18.860
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO		2.064	3.250	2.488
DESPESAS DE PESSOAL		(5.083)	(9.048)	(4.695)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	22	(1.697)	(7.594)	(17.135)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	24	(5.784)	(7.452)	(3.636)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		1.834	2.688	2.423
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(1.156)	(1.882)	(1.412)
DESPESAS FINANCEIRAS	23	(443)	(589)	(457)
RESULTADO EXTRAORDINÁRIO		2	(46)	(76)
RESULTADO OPERACIONAL		5.533	7.963	2.810
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		1	78	81
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.534	8.041	2.891
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	25	(1.457)	(1.766)	(732)
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25	(750)	(913)	(536)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO		(1)	(3)	(58)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO		(1)	(3)	(58)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		3.326	5.359	1.565
LUCRO POR AÇÃO		0,60	0,97	0,28

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO - R\$ MIL

	2º Sem/20	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo das Atividades Operacionais	(1.965)	(3.527)	935
Resultado Líquido do Exercício	3.326	5.359	1.565
Ajustes ao Resultado:			
Resultado de exercícios futuros	90	44	(83)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	214	870	722
Resultado Abrangente	-	-	3.137
Despesas de Depreciação e Amortização	40	71	55
Provisão para ativos diferidos	(14)	(31)	(27)
Baixas Imobilizado	41	41	264
Provisão para Contingências Trabalhistas	16	97	123
Impostos Diferidos a Compensar	(1)	1	(20)
Variações no Ativo Circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	10.263	(12.065)	217
Operações de Crédito	(29.475)	(42.166)	(40.531)
Serviços Prestados a Receber	(106)	(143)	(65)
Adiantamento e Antecipações Salariais	(22)	(32)	(29)
Impostos a Recuperar	267	319	459
Devedores p/ Compras de Bens	54	91	(43)
Devedores p/Compras Participações	(18)	70	178
Despesas Antecipadas	(32)	33	(4)
Devedores Diversos – País	46	4	60
Outros Créditos	10.297	37.403	33.307
Variações no Passivo Circulante			
Recursos de aceites cambiais	2.459	8.400	4.122
Fiscais e Previdenciárias	(646)	(21)	(3)
Provisão para Pagamentos a Efetuar	(113)	(29)	22
Provisão Férias e 13º Salário	(34)	90	38
Credores Diversos – País	426	283	797
Recursos a Devolver a Consorciados	(1.250)	(1.647)	(1.819)
Outras obrigações	2.898	2.029	2.172
Variações no Ativo Não Circulante			
Devedores p/ Compra de Bens	176	587	424
Devedores p/Compras Participações	124	(51)	386
Empréstimos a Grupos	(468)	(2.456)	(3.943)
Devedores por Depósito em Garantia	17	(26)	(352)
Variações no Passivo Não Circulante			
Fiscais e Previdenciárias	(540)	(652)	(194)

Fluxo das Atividades de Investimento	113	901	1.662
Títulos e Valores Mobiliários	218	1.382	1.713
Investimentos em Imóveis	-	(46)	(37)
Aquisição de Imobilizado	(89)	(307)	(13)
Aquisição de Intangível	-	-	(1)
Ações em Tesouraria	(16)	(128)	-
Fluxo das Atividades de Financiamento	1.798	966	(2.290)
Custo Venda de Ações em Tesouraria			
Ganho com Venda de Ações em Tesouraria	-	-	(700)
Dividendos Propostos/Pagar	(702)	(1.534)	(590)
Dividendos Suplementares	-	-	(1.000)
Aumento de capital	2.500	2.500	-
Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa	(54)	(1.660)	307
Caixa e Equivalentes de Caixa			
No Início do Exercício	7.268	8.874	8.567
No Final do Exercício	7.214	7.214	8.874
Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa	(54)	(1.660)	307

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ MIL

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas Estatutárias	Reserva Legal	Reserva p/ Aumento De Capital	Reserva Amortização Prejuízos	Ações em Tesouraria	Lucros Retidos	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2018	13.000	510	-	226	1.013	771	230	-	5.759	-	21.509
Pag. Divid. Suplementares										(1.000)	(1.000)
Resultado do Período										1.566	1.566
Reserva de Lucros Retidos									1.795	(1.795)	-
Reservas estatutárias				980						(980)	-
Reserva legal					69					(69)	-
Distribuição de dividendos										(1.159)	(1.159)
Realização de reserva									(1.000)	1.000	-
Resultado Abrangente										3.137	3.137
Juros sobre capital próprio										(700)	(700)
Saldo em 31/12/2019	13.000	510	-	1.206	1.082	771	230	-	6.554	-	23.353
Resultado do Período										5.359	5.359
Aumento de Capital	2.500										2.500
Dividendos Propostos										(1.272)	(1.272)
Ações em Tesouraria								(128)			(128)
Reserva Estatutária				2.107						(2.107)	-
Reserva Legal					268					(268)	-
Reserva de Lucros Retidos									1.712	(1.712)	-
Saldo em 31/12/2020	15.500	510	-	3.313	1.350	771	230	(128)	8.266	-	29.812

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES – R\$MIL

	2º Sem/20	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido	3.326	5.359	1.565
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-	3.137
(=) Resultado Abrangente Total	3.326	5.359	4.702

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM R\$ MIL)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Sinosserra (“Conglomerado Financeiro Sinosserra”), em 2020 opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de crédito, financiamento e captação e administração de consórcio para aquisição de bens.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONGLOMERADAS

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e premissas estabelecidas com base em julgamento. Estas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresas	Atividades	Domicílio	Controladas	Participação conglomerado - % (direta e indireta)
Sinosserra Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de Consórcios	Brasil	-	100%
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Operações de crédito, financiamento e investimento	Brasil	-	100%

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais das Empresas do Grupo em 2020:

Empresas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Sinosserra Administradora de Consórcios Ltda	58.582	43.316	15.266	2.402
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	146.316	131.700	14.546	2.957
Ajustes e Eliminações	(9.165)	(9.165)	-	-
Demonstrações financeiras conglomeradas	195.733	165.851	29.812	5.359

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial prevê a eliminação de saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeira.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para

negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. Essas operações estão classificadas no realizável a longo prazo.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente.

g) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

g.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

g.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

h) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio de a utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 14, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

k) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício e a contribuição social pela alíquota de 20% nas financeiras e 9% nas não financeiras.

I) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES

São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

As aplicações financeiras estão classificadas conforme disposição abaixo:

<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
Cotas de Fundos de Investimentos	<u>23.381</u>	<u>12.242</u>
Total de Títulos e Valores Mobiliários	<u>23.381</u>	<u>12.242</u>

NOTA 6 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Na Financeira a composição da carteira de operações de crédito e a provisão por nível de risco está demonstrado a seguir:

Nível de risco	31/12/2020			31/12/2019	
	% Provisão	Saldo Carteira	Prov. (-)	Saldo Carteira	Prov. (-)
A	0,50%	97.754	(488)	72.874	(364)
B	1,00%	24.745	(247)	9.795	(98)
C	3,00%	2.371	(71)	839	(25)
D	10,00%	485	(48)	340	(34)
E	30,00%	267	(80)	150	(45)
F	50,00%	192	(96)	205	(103)
G	70,00%	251	(176)	95	(66)
H	100,00%	1.026	(1.026)	631	(631)
Total		127.095	(2.235)	84.929	(1.366)

Abertura por ramo de atividade:

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Pessoas Físicas	106.940	84,14%	71.798	84,54%
Rural	8	0,01%	20	0,02%
Indústria	329	0,26%	127	0,15%
Comércio	8.440	6,64%	6.728	7,92%
Outros serviços	11.378	8,95%	6.256	7,37%
Total	127.095	100,00%	84.929	100,00%

NOTA 7 – SERVIÇOS PRESTADOS A RECEBER

Nessa rubrica temos na Sinosserra Consórcio o valor de R\$ 218 mil referentes a Taxa de Administração remanescente do último dia do ano e não recebida pela administradora.

NOTA 8 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Abaixo segue a composição dos impostos a recuperar registrados nessa rubrica:

Impostos a Recuperar	31/dez/2020	31/dez/2019
Impostos diferidos a compensar	211	219
Saldo negativo exercícios anteriores	21	332
Total Impostos a recuperar	232	551

NOTA 9 - DEVEDORES P/ COMPRA DE BENS

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber na Sinosserra Administradora de Consórcios Ltda, referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M.

NOTA 10 - DEVEDORES P/ COMPRA DE PARTICIPAÇÕES

Nesta rubrica está registrado o valor de R\$ 5.407 referente a venda da participação na empresa Therreno participações Ltda em junho de 2016 a empresa Themar Participações Ltda. As parcelas são remuneradas pela variação do IPCA mais juros de 0,5% ao mês. O valor de R\$ 1.616 refere-se a venda de ações em tesouraria da Sinosserra Administradora de Consórcios a empresa Themar sendo que a última parcela vence em novembro de 2032.

NOTA 11 - RECURSOS AJUIZADOS GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta “Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante”.

NOTA 12 - APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 14 - IMOBILIZADO E INTAGÍVEL

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens. A composição do imobilizado na data do Balanço bem como as depreciações encontram-se demonstradas a seguir:

	Taxa Depreciação	Saldo Residual 31/12/2019	Aquisições	Outros Movimentos	Saldo final 31/12/2020	Depreciação Acumulada	Saldo Residual 31/12/2020
Terrenos	-	0			0		0
Prédios e Benfeitorias	4%	5	80		85	3	82
Veículos	20%	85	195	32	248	1	247
Computadores e periféricos	20%	15	13		28	13	15
Móveis e utensílios	10%	109	32	36	105	8	97
Total do Imobilizado		214	320	68	466	25	441

	Taxa Depreciação	Saldo Residual 31/12/2019	Aquisições	Outros Movimentos	Saldo final 31/12/2020	Amortização Acumulada	Saldo Residual 31/12/2020
Marcas e Patentes	20%	14			14		14
Processamento de Dados		40	7	26	21	12	9
Total do Intangível		54	7	26	35	12	23
TOTAL		268	327	94	501	37	464

NOTA 15 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS E PROVISÕES DIVERSAS

Abaixo seguem obrigações a pagar:

Obrigações Sociais e Fiscais	31/dez/20	31/dez/19
Imposto de renda retido na fonte	80	116
IOF	162	48
Retenções e Contribuições	7	9
INSS a recolher	84	82
ISS a recolher	119	104
FGTS a recolher	25	26
PIS e COFINS a recolher	259	199
Impostos sobre o lucro	2.586	1.268
Outras Obrigações	77	1.519
Total Obrigações Sociais e Fiscais	3.399	3.371

NOTA 16 – RECURSOS A DEVOLVER CONSORCIADOS

Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.

NOTA 17 - PROVISÕES TÉCNICAS E TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 18 - OBRIGAÇÕES AJUIZADAS GRUPOS ENCERRADOS

As obrigações ajuizadas são valores registrados na empresa Sinosserra Administradora de Consórcios e referem-se a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) CAPITAL SOCIAL

A Sinosserra Financeira S/A – CFI teve suas atividades iniciadas em novembro de 2015, tendo a constituição do capital nesse mesmo ano no valor de R\$ 11.000.000.

A Sinosserra Administradora de Consórcios Ltda. – Tem seu capital totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 4.500.000.

b) RESERVAS DE REAVLIAÇÃO

A Sinosserra Administradora de Consórcios Ltda possui nessa rubrica valores de reavaliação de seus imóveis levando os mesmos a valor de mercado.

c) RESERVAS DE LUCROS

A Reserva de Lucros é composta da forma abaixo:

	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
Reserva legal	1.349	1.081
Reservas estatutárias	<u>12.581</u>	<u>8.761</u>
Reserva para aumento de capital social	772	772
Reserva para amortização de prejuízos	230	230
Reserva para Lucros Retidos	11.579	7.759

NOTA 20 - RECEITA COM ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO

A empresa Sinosserra Administradora de Consórcios tem por objeto a administração de grupos de consórcios, reunião de pessoas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, com a finalidade de propiciar aos seus integrantes, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento. A Receita de Prestação de Serviços auferida pela empresa é a remuneração pela administração mencionada acima.

NOTA 21 - RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo segue a composição das rendas de títulos e valores mobiliários registrados nessa rubrica:

	Sinosserra Consórcios			Sinosserra CFI		
	2° semestre 2020	31/dez/20	31/dez/19	2° semestre 2020	31/dez/20	31/dez/19
Fundos de Investimento	75	209	445	67	315	226
	<u>75</u>	<u>209</u>	<u>445</u>	<u>67</u>	<u>315</u>	<u>226</u>

NOTA 22 – OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Abaixo segue a composição das despesas operacionais e administrativas registradas nessa rubrica:

<u>Despesas Operacionais e Administrativas</u>	<u>2º semestre 2020</u>	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
Despesas Fixas	577	2.584	544
Despesas Semifixas	224	1.004	5.947
Despesas Variáveis	896	4.006	10.644
Total Despesas Operacionais e Administrativas	1.697	7.594	17.135

NOTA 23 - DESPESAS FINANCEIRAS

Abaixo segue a composição das despesas financeiras registradas nessa rubrica:

<u>Despesas Financeiras</u>	<u>2º semestre 2020</u>	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
Juros e despesas financeiras	417	533	191
Variação monetária	26	56	266
Total Despesas Financeiras	443	589	457

NOTA 24 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Abaixo segue a composição das despesas tributárias registradas nessa rubrica:

<u>Despesas Tributárias</u>	<u>2º semestre 2020</u>	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
PIS/COFINS	1.989	2.524	2.327
Impostos Municipais	868	1.119	1.029
Outros Impostos	2.927	3.809	280
Total Despesas Tributárias	5.784	7.452	3.636

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e contribuição social são compostos conforme segue:

<u>IRPJ e CSLL</u>	<u>2º semestre 2020</u>	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
IRPJ	1.457	1.766	732
CSLL	750	913	536
Total do IRPJ e CSLL	2.207	2.679	1.268

NOTA 26 - LIMITE OPERACIONAL (Acordo de Basiléia)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo,

diretrizes estabelecidas pelas Resoluções do CMN nºs 4.192, de 01/03/2013 e 4.193, de 01/03/2013 complementadas pela normatização emitida pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 27 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O Grupo Sinosserra possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos, composto pelos membros de sua Diretoria, cada risco conta com um diretor responsável, devidamente registrado no BACEN. A Instituição preza pelo monitoramento constante de seus riscos estabelecendo políticas e práticas que resultem na maximização da eficiência no uso do capital contribuindo para a escolha das oportunidades de negócios.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

I – RISCO DE CRÉDITO

Conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, as Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, enquadradas no segmento S4 devem possuir estrutura para gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital.

O parágrafo 2º do artigo 2º da respectiva Resolução define que a estrutura deve ser unificada para as instituições integrantes do mesmo conglomerado prudencial, desta forma, a estrutura abrange a avaliação e gerenciamento de riscos da Sinosserra Financeira S.A. SCFI e da Sinosserra Administradora de Consórcios Ltda.

A descrição das estratégias de gerenciamento de riscos e da atuação da Diretoria, de modo a permitir o claro entendimento da relação entre o apetite por riscos e as suas principais atividades e riscos relevantes constam no relatório disponível no site da Sinosserra Financeira: <https://sinosserrafinanceira.com.br/gestao-de-riscos/>

NOTA 28 – COVID - 19

A rápida e repentina propagação da epidemia do Coronavírus (Covid-19) está causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a empresa está sujeita, aguarda-se do governo, medidas Econômico Fiscais que visem assegurar o cumprimento e sequência de seus objetivos Sociais e Estatutários, (e no pressuposto de sua continuidade operacional).

Guilherme Zugno Reis
Diretor

André Jacobus Berlitz
Diretor

Kátia Reichert de Andrade
Contadora

**III- OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES E APERFEIÇOAMENTO
DOS CONTROLES INTERNOS**

**OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES E APERFEIÇOAMENTO DOS
CONTROLES INTERNOS**

No que se refere a observância das normas legais e regulamentares bem como recomendações para o aperfeiçoamento dos controles internos da instituição, nada de relevante foi detectado que merecesse qualquer tipo de menção ou comentário.

Porto Alegre, 22 de março de 2021.

Vicente Michelin
CRC-RS 052.365

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRCRS 4.626